



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoeletrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A., realizada em 26 de maio de 2011 na cidade de Canas.

Realizou-se, no dia 26 de maio de 2011, às 17 horas, na Casa de Cultura de Canas, na Rua José Izalino s/nº, Centro, Canas/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoeletrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A., (Proc. CETESB 065/2010). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Rinaldo Benedito Timóteo Zanin, Prefeito do Município de Canas; Gustavo Zanin Lucena, Secretário de Turismo do Município de Cachoeira Paulista; Antonio Sidnei Ferreira dos Reis, Diretor de Cultura e Turismo do Município de Canas; Jorge da Silva Farias, Diretor de Obras e Planejamento do Município de Canas; e Gilson Eduardo Quintas, Diretor de Agricultura do Município de Canas; – do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Osvaldo Luiz Silva, Vereador do Município de Cachoeira Paulista; João Antonio Marton Neto, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Canas; e Davi Sávio de Oliveira, Dé, Zé Ritinha e José Roberto Mendes, Vereadores do Município de Canas; – e dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Primeiro Tenente Marcelo Medina, representante da Polícia Militar Ambiental –, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termoeletrica Termo São Paulo”, de responsabilidade da AES Tietê S/A. (Proc. CETESB 065/2010). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o geógrafo Celso Mazottini Saes, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ela, Secretária-Executiva Adjunta, e integrada por um representante do CONSEMA eleito entre aqueles que se fizessem presentes – mas que havia comparecido apenas a conselheira Ana Maria Gouvea, a quem igualmente convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos. Oferecidas essas explicações, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Ricardo Cyrino, engenheiro e diretor da Desenvolvimento de Projetos da AES Tietê S/A, apresentou breve histórico da empresa, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. Ricardo Simonsen, engenheiro e diretor da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, apresentou, com detalhes, todas as análises que compunham o Estudo de Impacto Ambiental–EIA e o respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–RIMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Ademar Ligabo, presidente da Associação Rural de Canas, declarou que o posicionamento da associação favorável ao projeto se deve ao fato de a produção agrícola do Município ter sustentado, durante mais de 100 anos, cerca de trezentas famílias e, atualmente, sustentar aproximadamente cinquenta. Comentou que, além desse projeto de envergadura, o Governo Estadual está acenando com investimentos do Banco Mundial para a região, precisamente para implementação da etapa-2 do programa de microbacia, uma vez que Canas – pelo fato de seu segmento rural ser organizado – é um dos poucos Municípios do fundo do Vale apto a receber esses investimentos. Lembrou que tudo o que o Município produz é consumido na região, e referiu que, no que concerne à geração de gases, ser preciso que a população avalie e analise todos os aspectos. Helton Perillo, representante do Sindicato Rural de Lorena, comentou ser aceitável a implantação da termoelétrica, desde que realizados alguns acertos no projeto básico. Comentou que os impactos e riscos ambientais são significativos, o que torna imprescindível sejam implementadas medidas necessárias à sua contenção, entre outras: 1) devolução às suas origens das águas do Rio Paraíba, cujo volume é bem maior que o do Ribeirão Canas; 2) maior controle dos particulados; 3) dissipação das fumaças e dos afluentes gasosos; 4) melhoria do sistema de retenção de ruídos, e 5) conforto acústico. Comentou também ter direito à melhor – e não à pior – qualidade de vida quem lá reside, e que a produção do volume de gás é significativa, correspondendo a um consumo dez vezes maior do que o da frota de veículos da região. Propôs que, em face dessa quantidade, fosse realizado controle mais rigoroso dos efluentes gasosos, especialmente no tocante aos gases de nitrogênio, que, dependendo da jazida, pode possuir maior teor de enxofre. Afirmou ter tido acesso aos relatórios sobre efluentes – quantidade e qualidade –, os quais deveriam tornar-se disponíveis aos órgãos e instituições da sociedade, entre os quais a Secretarias de Estado do Meio Ambiente. Propôs que, com o intuito de compensar as emissões de gás de efeito estufa, se plantasse na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba vegetação nativa – entre 10 e 12 milhões de árvores –, equivalente à emissão, pois eram capazes de absorver 1 milhão e 777 mil toneladas/ano dos gases que serão emitidos pela usina. Luiz Santos Cobianchi, representante da Associação dos Amigos do Centro da Cidade de Lorena, chamou atenção para a questão da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

segurança, porque, como se afirmou, apesar de reduzido o risco oferecido com a estocagem do material, teve conhecimento de acidente nesse setor ocorrido tanto em empresa localizada no Estado do Rio de Janeiro como na regata existente em São José dos Campos. Carolina Haddad, vinculada ao jornal “Vale Vivo e Região”, comentou que se preocupava com o fato de o estudo relacionado com os ventos ter utilizado os dados colhidos pela base de São José dos Campos, cujo relevo e topografia eram diferentes daqueles existentes em Cachoeira e Lorena, que são as áreas mais diretamente afetadas pelo empreendimento. Declarou que se preocupava também com a preservação do sítio arqueológico, motivo por que recomendava que uma prospecção profunda fosse conduzida pela AES, com vistas a não ocorrer perda desse tipo patrimônio. Outra questão com a qual se preocupava, acrescentou, era com os ruídos, cujo teto a Organização Mundial de Saúde recomenda até 85 decibéis, pois, acima desse volume, eles podem causar danos irreversíveis à audição humana e dos animais. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Mary Terese declarou que se manifestava na condição de consumidora das verduras e frutas cultivadas em Canas e vendidas na feira de Lorena, porque se sabia que nessa região um grupo de pessoas cultivava uma produção orgânica, iniciativa esta que poderia ser ameaçada pela emissão dos gases. Entretanto, observou que, embora se afirmasse que seriam pouquíssimos os gases que se infiltrariam no solo, mesmo assim, tão logo começasse a funcionar essa usina, deixará de comprar esses produtos. Além disso, comentou, deixaria a região onde morava há trinta anos e que escolheu por motivos de saúde, em virtude da qualidade do ar que possui e do potencial turístico – calma e tranquilidade – essencialmente religioso, devido à proximidade das cidades de Aparecida e de Cachoeira Paulista. Acrescentou que se iniciara nesta última a construção de um centro de renovação carismática. Pontuou que, por todos esses motivos, não queria pôr tudo abaixo, até mesmo porque, se por um lado o turismo favorecia a população local que se instalara na região há mais de trinta anos, por outro, aqueles que se beneficiariam com a termoeletrônica eram capitalistas, só pensavam em seus negócios e viviam longe de Canas. Bruno Rodrigues do Prado declarou-se cidadão caneense, mestre em sensoriamento remoto pelo Instituto de Pesquisas Espaciais–INPE, bacharel em geografia pela Universidade de São Paulo–USP e com especialização pela Fundação Getúlio Vargas. Declarou também: ter participado de mais de dezesseis treinamentos nacionais e internacionais, entre outros no Japão, Estados Unidos e Itália; ter participado de mais de quinze eventos científicos nacionais e internacionais; elaborado trinta e oito trabalhos científicos, os quais foram publicados em periódicos nacionais e internacionais, anais de congressos e revistas científicas; ter exercido a função de pesquisador vinculado ao INPE no período de 2007 a 2009; ter sido responsável pelo projeto de avaliação de imagem de cobertura da terra na Amazônia brasileira; ter exercido a função de pesquisador vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo–USP, no período entre 2002 e 2004, e ter experiência profissional de mais de dez anos na área de geociências, com ênfase em sensoriamento remoto nos sistemas de informações geográficas, atuando principalmente no sistema de sensoriamento remoto dos recursos hídricos, uso e cobertura da terra, planejamento e gestão territorial e monitoramento ambiental. Acrescentou que atualmente é coordenador de projetos na empresa Imagem e consultor técnico em planos de manejo e licenciamento ambiental da MP Consultoria e Estudos Ambientais. Declarou que as informações que comentará estão contidas no parecer técnico elaborado por nove profissionais – os quais não viram os benefícios que a comunidade auferirá com a implantação da usina –, e que entre as declarações oferecidas sobre o estudos ambientais destacam-se: 1) a presença do ozônio nas emissões de baixa atmosfera, que provoca câncer, a médio e longo prazos, o que está cientificamente comprovado; 2) a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

modelagem utilizada, que abrange o período de apenas um ano, o qual considera insuficiente; 3) a velocidade dos ventos de baixa superfície, extremamente inadequada para esse tipo de empreendimento; 4) a pluma de dispersão, extremamente ineficiente para demonstrar como se dará a dispersão de baixa atmosfera. Reconheceu a importância da divulgação desses dados, para que a população dos municípios adjacentes, que igualmente sofrerá esses impactos, como a de Lorena e de Cachoeira Paulista, tome conhecimento. Paládia de Oliveira Romeiro da Silva declarou que, como cidadã, comparecera à audiência para relatar seu posicionamento favorável ao desenvolvimento sustentável, que inclui energias sustentáveis, energias renováveis, e que considerava o uso de combustível fóssil um passo para trás, o que contrastava com a imagem que o Brasil desfrutava no Exterior, como país do futuro, rico em fontes de energia e em biodiversidade. Declarou que se posicionava contrariamente à proposta de se queimar o carbono, tanto pela sua contribuição para o aquecimento global como por não se levar em conta o trabalho que a Natureza teve de depositá-lo no solo. Manifestou seu medo de se tornar prisioneira da lei, até mesmo porque o que as normas legais estabelecem muitas vezes não é suficiente para preservação da Natureza. Declarou não acreditar que as condições ambientais, com o funcionamento do empreendimento, permanecerão no limite do aceitável, como afirmado anteriormente, e que se deveria lutar, até mesmo porque a legislação ambiental respeita o direito da população de se manifestar e até mesmo de impedir que empreendimentos que causam significativos impactos sejam implantados. Afirmou que a população não deve baixar a cabeça, deve unir-se e manifestar seu posicionamento, apesar de não ser contrária ao desenvolvimento, até porque ele enseja a criação de empregos. Argumentou ser um comportamento comum das grandes empresas procurarem pequenas cidades cuja população não está ainda bem organizada, ainda não está madura o suficiente para impedir ou permitir que licenciamento de empreendimentos como esse prossiga, embora tenha confiança nos órgãos ambientais. Solicitou, ao final, fosse concedido prazo de alguns meses para se discutir melhor o projeto, após o que deveriam ser realizadas audiências em Lorena e Cachoeira Paulista e mais uma em Canas. Ana Carolina Souza do Prado declarou que, como cidadã canaense, não tinha condições de se manifestar sem se emocionar, principalmente porque sua família, como grande parte da população, sobrevivia do cultivo de alimentos e da criação de animais. Acrescentou que a poluição que o empreendimento causará com certeza afetará esse meio de sobrevivência, tal como aludiu Marie Therese. Ao concluir declarou que preferiria morrer sem luz elétrica do que sem comida e sem água para beber. Questionou, ao final, se as famílias seriam indenizadas se não conseguirem mais praticar a agricultura em decorrência da contaminação do solo e da água. Valderes Gomes de Lucena Filho declarou que, como cidadã canaense, vinha observando que radialistas e jornalistas têm-se manifestado, a todo o momento, favoráveis à implantação da termoeletrica, louvando suas qualidades e os benefícios que trará para o Município de Canas. Pontuou que os cidadãos de Canas não eram contrários ao desenvolvimento do município, pois reconheciam a importância da geração de emprego – e a Termoeletrica afirmava que gerará, em média, entre 300 e 700 empregos, o que representa um grande benefício para toda a população. Afirmou que até então não se manifestara porque buscava informações para orientar seu posicionamento, e, com base nela, tinha algumas inquietações. Em primeiro lugar, que o pequeno território do Município, 49 km quadrado², fazia com que ele fosse o menor município do Vale do Paraíba. Argumentou ainda: que existem vários estudos a respeito do ar, decorrente da localização desse município entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira; que chovia muito nessa região, principalmente na área que ia de Canas até Cachoeira Paulista, e que as chuvas provocavam, todos os anos, enchentes nos Rios Cana e Caninha, alagando principalmente Cachoeira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Paulista, o que, além de preocupar a população, colocava a necessidade de se realizar estudos a esse respeito; que não era contrário à implantação do empreendimento, mas, a seu ver, era preciso discutir exaustivamente todos seus aspectos, não se limitando às manifestações genéricas que alardeavam as vantagens de seu funcionamento, mas, também, aludiria aos impactos – não só ambientais, mas também sociais – que ele promoverá, especialmente por trazer para o município aproximadamente 700 pessoas, sem que ele ossua a infra-estrutura necessária para absorvê-las. Declarou que os cidadãos canaenses lutaram pela independência de Canas, o que ocorreu através de um processo, de um plebiscito, e que fossem aprofundadas as discussões, após o que a população decidiria, através de plebiscito, se esse empreendimento seria ou não implantado. Antonio Afonso Cordeiro Junior declarou que era geógrafo e lorenense e que a termoeletrica não estava inventando a roda, mas era mais uma que se instalava no Brasil e que acarretaria elevados impactos ambientais e um mínimo resultado positivo para a sociedade – 32 empregos em um universo de 120 mil pessoas, somadas a de Canas, a de Lorena e a de Cachoeira Paulista. Esclareceu que as considerações que fazia às fragilidades do Estudo de Impacto Ambiental eram parte de estudo que ele e seus colegas da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo–USP elaboraram. Em primeiro lugar, esse estudo referia-se à obscuridade da cartografia, na medida em que omitia informações, de um lado, e, de outro, fazia com que elas reaparecessem em outro, como, por exemplo, quando se referia às estruturas auxiliares que fazem parte da região diretamente afetada. Em segundo lugar, reportou que não se encontra suficientemente esclarecida nesses estudos a quantidade de água que será consumida pela termoeletrica, e que aquela referida no pedido de outorga ao DAEE era suficiente para abastecer o consumo de duas cidades com população equivalente a de Canas, e mais uma usina. Tal quantidade, se consumida, segundo o manifestante, afetará, no período de estiagem, todos os produtores rurais de Canas, cujas propriedades fazem parte dessa bacia, e todos os produtores de arroz. Além disso, acrescentou, 1/10 do corpo d'água será poluído e ficará com resíduos oleosos, industriais e estéreis. Em terceiro lugar, referiu-se à ausência nos estudos de avaliação de risco, embora nos últimos vinte meses tenham ocorrido três acidentes graves em termoeletricas no Brasil. Em quarto lugar, chamou atenção para o fato de se construir, sem se basear em estudo geotécnico, duas torres, cada uma com de 55 metros de altura, o equivalente a dois prédios de dezoito andares, em meio a área rural, precisamente em áreas de várzea, cujo solo é mole e arenoso. Em quinto lugar, chamou atenção também para a inexistência de estudos sobre a dinâmica e o comportamento dos meandros do Ribeirão Canas, em época de estiagem, após ter aumentado em 10% de sua vazão. Sem dúvida, acrescentou, em alguns trechos esse ribeirão se tornará mais raso e justamente aí ocorrerão inundações e os sedimentos serão levados para áreas a montante. É sabido, acrescentou, que essa região é tradicionalmente produtora de arroz, abastecendo boa parte do mercado do Estado de São Paulo, dadas as suas condições – água empossada e parada por muito tempo, o que favorece o crescimento dessa cultura, embora não exista no estudo referências sobre o comportamento do manancial nesse trecho e sobre a carga de poluentes que transportará. Ao concluir enfatizou que, por todas essas razões, aconselhava se adotasse o principio da prevenção, dado que não se tem conhecimento exato dos danos ambientais, ou seja, dos impactos que serão causados até mesmo pela insuficiência dos estudos. Propôs, ao finalizar, se paralisasse o processo, se reavaliassem os estudos e se realizassem mais duas audiências publicas, uma em Canas outra em Cachoeira Paulista, cidades em que se encontrava a maior parte da população que seria afetada, motivo por que merecia ser ouvida. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. Jorge Cesar Paulino declarou inicialmente que exercia a função de agente ambiental da Secretaria de Estado do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Meio Ambiente, e que, como técnico, alertava para os impactos que seriam causados quando se alterava o meio ambiente, qualquer que fosse a razão. Enfatizou que, com frequência, com a implantação de empreendimentos como esse, eram provocados impactos sócio-ambientais, motivo por que as autoridades políticas dos municípios – principalmente os prefeitos e os vereadores – deveriam exigir sua compensação, principalmente em Canas, e que esses recursos poderiam ser aplicados em escolas e creches. Pontuou que, com certeza, quando o empreendimento começasse a funcionar, as cidades de Canas, Cachoeira Paulista e Lorena não seriam mais as mesmas. Inexoravelmente, no entanto, observou, a cidade tem de progredir. **Euni Vieira**, representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Lorena, declarou que representava, no Conselho Municipal de Lorena, criado em 2005, a sociedade civil e pública. Acrescentou que os membros desse Colegiado votaram contrariamente à instalação da Termoelétrica AES no Município de Canas, que, por ser muito automatizada, dará lugar apenas ao surgimento de trinta e dois postos de trabalho, quando em operação, e, aproximadamente 700, durante sua construção, que, se prevê, levaria três anos. Observou que os impactos ambientais decorrentes do funcionamento da usina eram suficientes para gerar energia para as cidades de Brasília e Belo Horizonte. Esclareceu tratar-se de duas grandes chaminés, medindo cada uma 5 m de diâmetro e 50 m de altura, correspondendo a um edifício de dezoito andares, como já foi dito. Acrescentou que ela se situaria a apenas a 4 km da cidade de Lorena, a 3 km de Canas e a 8 km de Cachoeira Paulista. Observou que, para neutralizar os gases do efeito estufa que seriam expelidos, se faria necessário plantar aproximadamente 10 milhões de árvores por ano. Outro aspecto problemático era que a usina utilizaria a mesma quantidade de água que consome uma cidade com 65 mil habitantes, e a maior parte dela seria evaporada em uma torre de resfriamento, da qual retornaria apenas um terço na forma de caldo salino a ser despejado no Ribeirão Canas. Foram esses aspectos os motivos que levaram os membros do Conselho a posicionar-se contrariamente à sua implantação. Pontuou que se perguntava como ficariam – com a possível transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para a Capital, tal como propunha o Governador do Estado – a vazão da água e a situação das cidades que necessitam dela para sobreviver. Outro aspecto que questionou a mudança que sofreria a qualidade do ar que passaria de boa para aceitável. Indagou também sobre a natureza dos empreendimentos que pretendiam instalar-se nessa região; sobre os destinos do turismo religioso nela praticado e que atraía anualmente entre 6 e 10 milhões de pessoas, turismo este que incluía a construção de um centro de evangelização de renovação carismática, cujo terreno, ao que parecia, já havia sido adquirido. Ponderou também que os recursos oriundos da compensação ambiental não deveriam ser destinados apenas ao Município de Canas, mas também a seus vizinhos, como Lorena, cujo hospital dava atendimento aos munícipes de Canas e parte da população de Cachoeira Paulista, dada a ausência nessas duas últimas cidades de infra-estrutura hospitalar. Também a inexistência de mão de obra da construção civil no Vale do Paraíba colocava a necessidade de trazê-la de outros municípios ou regiões, o que colocava um problema delicado: a cidade de Canas abrigaria, durante a construção da usina, não só os profissionais contratados, mas, também, suas famílias, ampliando-se, assim, o número de pessoas e, em consequência, os recursos e os investimentos necessários para atender suas demandas. E a pergunta que se colocava, ponderou, é onde se encontrariam alimentos, infraestrutura, serviços de saúde pública e policiamento para satisfazer a necessidade desse significativo contingente populacional. Foi um ato temerário a compra do terreno para implantação da usina antes de ser ouvida a população e antes de se fazer um exame rigoroso das condições que a cidade pode oferecer às dezenas de trabalhadores e familiares que nela aportarão, atraídos pela oferta de emprego. É



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

importante enfatizar, argumentou, que a população também não foi ouvida e, mesmo assim, a AES antecipou-se e comprou o terreno no qual pretende construir a usina.. Entendia que audiências públicas deveriam também ser realizadas em Lorena e Cachoeira Paulista. Ao finalizar, agradeceu a oportunidade que lhe havia sido dada como cidadã do Vale do Paraíba, pelo qual era apaixonada e cujo patrimônio histórico, cultural, ambiental e social defendia a todo custo. Passou-se à etapa em que se manifestam os membros do Poder Executivo. Mauro Sérgio Azevedo Souza, Secretário de Meio Ambiente de Lorena, comunicou o encerramento da análise preliminar acerca da pretendida instalação da termoeletrica no município, e informou haver identificado problemas no projeto. Narrou que o Rio Mandi, que outrora constituía fonte de renda para a população local, vem sofrendo contínuo processo de assoreamento, e que, ademais, tem se tornado cada vez mais poluído, o que tornou inviável a prática pesqueira em seu leito e levou a administração municipal a proceder a cuidadoso levantamento, com vistas a precisar o diagnóstico a respeito. Relatou que a população lorenense tem sofrido sérios impactos como decorrência do processo de industrialização por que passa o município, entre os quais se destacavam as inundações, razão pela qual se estava realizando estudos com vistas à construção de uma barragem de contenção, indispensável ao equacionamento da questão. Ponderou que a recuperação do rio é um processo longo, que deve se desenvolver ao longo de décadas. Referiu-se a episódio em que a cidade contabilizou inúmeros danos estruturais em suas construções, em razão de forte explosão na empresa Órica, e observou que o estudo apresentado não traz nenhum plano de ação antecipando uma eventual nova explosão, face a esse aspecto vulnerável de Lorena. Roberto Bastos de Oliveira Junior, vereador pelo município de Lorena, declarou que o desejo da população local era o de que o empreendimento fosse melhor e mais longamente discutido, sob os pontos de vista ambiental e social. Afirmou que a empresa provocará diversos impactos ao meio ambiente, como os derivados da emissão de gases, nada obstante a criação de vagas de emprego, razão pela qual, embora tivesse restrições ao projeto, era-lhe favorável, e citou projeções referentes aos empregos que serão gerados com o empreendimento. Teceu elogios ao expositor do projeto, enfatizou a necessidade de melhor discuti-lo, e agradeceu a todos. Ronaldo Benedito Timóteo Zanin, prefeito municipal de Canas, cumprimentou aos membros do CONSEMA na pessoa de sua Secretária-Executiva Adjunta, Cecília Martins Pinto, e agradeceu a presença de demais autoridades, civis, políticas e militares e religiosas, presentes àquela audiência. Citando o ex-governador Mário Covas, declarou existirem dois tipos de discursos: o bom e o longo. Declarou que jamais apoiaria um empreendimento que não trouxesse benefícios ao Município de Canas; que o empreendimento passava por rigoroso processo de licenciamento, garantia de sua idoneidade; que a AES Tietê, empresa responsável pela obra, fora considerada uma das vinte empresas modelo de sustentabilidade, segundo premiação da revista Exame; e, mais uma vez recorrendo a citação, mencionou o papa Paulo VI, que teria dito que o desenvolvimento é o novo nome da paz. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas, respostas e esclarecimentos dos empreendedores. Ricardo Cirino, diretor de desenvolvimento de projetos da AES Tietê S.A. , declarou que a tônica da empresa que dirigia era precisamente a geração de valores, para que todos – clientes, parceiros, fornecedores, colaboradores, comunidade e sociedade – cresçam de forma sustentável. Para tanto, continuou, lançava mão de sua considerável experiência na implantação de projetos dessa natureza em todo o mundo. Assegurou que os estudos foram confeccionados com o maior detalhamento possível, de forma transparente e democrática, desde a escolha do local que sediaría o empreendimento, e que deveria reunir todos os atributos necessários à viabilidade econômica da planta e harmonia entre o negócio e a preservação da natureza e das comunidades no entorno da usina. Relatou que fora



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

escolhido o melhor corpo técnico de profissionais no mercado para que elaborassem relatório técnico ambiental de maneira isenta – marcado por inquestionável qualidade e norteado pelo conceito de responsabilidade social – e que buscou a todo o tempo manter um permanente e eficaz canal de comunicação com a população diretamente interessada, acolhendo sempre as manifestações e respeitando o legítimo direito de questionar. Terminou ponderando que a maneira como a AES Tietê conduzia os negócios atuais e futuros garantia a permanência da empresa no índice de sustentabilidade empresarial da Bovespa que avalia referido aspecto baseada na eficiência econômica no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa, e que era dessa forma que a AES se credenciava a fazer o projeto Termo São Paulo uma realidade. Ricardo Simonsen, engenheiro da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, quanto à colocação que sugeria fosse o estudo maculado por determinada falta de isenção em sua elaboração, posto que confeccionado pela própria AES, declarou que a empresa era a mais idônea e tecnicamente melhor aparelhada e habilitada à realização da tarefa, uma vez que reunia sólida experiência na área, razão pela qual dispensou-se delegar a elaboração dos estudos a empresa outra; e ofereceu detalhes a respeito. Recordou que o projeto apresenta considerável complexidade, que demandou várias modelagens matemáticas para sua elaboração como estudo de análise de risco, cálculos estatísticos complexos, programas de modelagem desenvolvidos por entidades internacionais, reconhecidos internacionalmente como válidos, todos elementos que trazem resultados que auxiliam na compreensão da relação do empreendimento com o meio ambiente, na definição dos limites do risco, da concentração de poluentes e de alterações na qualidade da água, entre outros, e que somente se logra aprovação da CETESB após submeter-se o projeto a meticolosas e sucessivas análises. Afirmou que não haverá alteração significativa na qualidade do ar como decorrência desse empreendimento; que a cultura, a horta, o plantio de arroz e demais cultural que ocorrem na região não sofrerão alteração nenhuma em virtude do sua operação; que não ocorrerá chuva ácida, e que não haverá emissão de material particular – porque o gás natural, a combustão do gás natural em turbinas não geram material particular. Informou que não fora proposta a instalação de filtros, uma vez que não são aplicáveis a empreendimentos do gênero, e que nem tampouco há o que filtrar. Assegurou que o empreendimento não emite enxofre. Ponderou que uma vez implantado a termoelétrica, a população da região mal perceberá sua presença, pois que ele se utiliza de poucos trabalhadores. Destacou que ele gera pouco volume de trânsito de pessoas, e que o seu principal insumo, que é o gás natural, chega à termoelétrica por gasoduto, ou seja, não faz uso de caminhões, não produzido nem fumaça, nem ruído. Citou outras localidades que sediam empreendimentos dessa natureza, e enumerou seus benefícios. Qualificou aceitáveis os índices de contaminação que serão impostos ao Ribeirão Canas, e assegurou que o empreendimento não alterará a classificação do rio. Avaliou que a obra, ao contrário dos gasodutos já existentes, não trará riscos aos municípios de Canas e Cachoeira Paulista. No que tangia ao sítio arqueológico identificado na região, declarou que, com os estudos e a fiscalização que se espera o IPHAN realize, será possível preservá-lo. Explicou em detalhes os critérios adotados para coleta dos dados meteorológicos, e esclareceu que a térmica da AES não se apropriava de toda capacidade de suporte do meio. Quanto ao questionamento sobre a razão que fundamentaria se trouxesse o empreendimento para áreas rurais, declarou que a CETESB, através da disciplina que estabeleceu para as áreas saturadas, define quais são as que estão ou se encontram em vias de saturação, exigindo que a compensação se faça de uma forma pouco prática para um empreendimento dessa envergadura em áreas adensadas e com atividades industriais, daí porque a implantação da obra deveria preferencialmente dar-se em municípios que ainda estão se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desenvolvendo, que tenham capacidade de suporte e nos quais a qualidade do ar possa ser mantida. Ao final, sublinhou que os estudos foram resultado do trabalho de qualificada equipe técnica, que se desenvolveram balizados no interesse social e nos parâmetros ofertados pela legislação ambiental, e teceu elogios ao rigor técnico com que o processo de licenciamento foi conduzido pela CETESB. Não havendo mais inscritos para fazer uso da palavra manifestou-se o representante do Departamento de Avaliação do Impacto Ambiental da CETESB, o geógrafo Celso Mazzotini Saes, que dissertou, em linhas gerais, acerca da tramitação que obedece o processo de licenciamento. Informou que o empreendimento era analisado por uma equipe multidisciplinar e com o apoio de equipes da CETESB especializadas em efluentes, resíduos, áreas de risco, na qualidade do ar, do ruído etc., e que seriam consultados diversos órgãos externos como o Comitê de Bacia, o Instituto Chico Mendes, o IPHAN e a própria prefeitura municipal, entre outros. Acrescentou que a CETESB acompanhou as audiências públicas, recolheu as críticas e questionamentos, procedeu a análises, e que todo esse vasto material seria considerado pelos técnicos durante o processo e quando de sua conclusão. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades ambientalistas cadastradas na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Ana Maria Gouvea, conselheira do CONSEMA, declarou representar de modo particular as entidades do Vale do Paraíba, da Serra da Mantiqueira e de todo o Litoral Norte do Estado. Declarou-se satisfeita em poder participar de tão rica experiência quanto aquela audiência, pelo aprendizado que propiciava e pelo fato de congrega ambientalistas, sociedade civil, universidades, alguns deles também representados no CONSEMA e todos trabalhando pelo ambiente com muita responsabilidade e seriedade. Teceu comentários sobre a audiência pública que se realizaria em Mogi das Cruzes sobre o EIA/RIMA de aterro sanitário que deveria ser implantado no município e que fora cancelada tendo em vista o pedido da prefeitura municipal. Assegurou a todos que os ambientalistas que compõem o CONSEMA estavam atentos aos desdobramentos do licenciamento sob análise. Em seguida, informou que o IPHAN estava atento à presença de sítio arqueológico no local destinado ao empreendimento, e destacou que o CONDEPHAAT deveria ser também consultado a respeito. Ponderou que o passivo ambiental gerado pela instalação e operação do empreendimento deveria ser compensado, aplicando-se os recursos decorrentes da compensação ambiental, tal como estabelece a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no uso adequado do solo na região. Destacou que na reunião do CONSEMA realizada no dia anterior haviam sido aprovados novos padrões de monitoramento da qualidade do ar. Ponderou que a concessão da licença prévia não representava em absoluto a aprovação definitiva do empreendimento, e que a audiência pública não constituía instância deliberativa, mas tão somente ocasião propícia ao aprofundamento da discussão acerca do projeto apresentado. Ressaltou, enquanto arquiteta e urbanista, a importância de se elaborar o plano diretor do município, necessidade esta que se observava até mesmo nos municípios de pequeno porte, com população inferior a 20 mil habitantes, sem o que não se habilitavam esses municípios a receber verbas do Ministério das Cidades. Manifestando-se enquanto cidadã, opinou que sua cidade deveria analisar atentamente o empreendimento em discussão, e que a compensação ambiental não constituía um “presente” dado à população local, mas uma exigência derivada da lei, e refletiu que aquele era o momento mais adequado à negociação das condições em que se aprovaria o empreendimento, em sendo o caso. Colocou-se à disposição de quem desejasse manifestar-se pelo Vale do Paraíba, cedendo para tanto parte do tempo de que dispusesse em reunião plenária do CONSEMA. Solicitou posicionamento formal para que o posicionamento do COMDEMA de Lorena, através da Deliberação 02/2011, integrasse a ata daquela audiência, e mencionou manifestação do Comitê de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Bacias, que encaminhara à CETESB. Em razão de não haver mais nenhum inscrito para fazer uso da palavra, solicitar esclarecimentos, questionar ou fazer comentários ou observações, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Bruno Covas, agradeceu a presença de todos e declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência pública preconizadas pela Deliberação Consema 34/2001. Declarou também que todos aqueles que desejassem contribuir para o aprimoramento do projeto poderiam ainda enviar, no prazo de cinco (5) dias úteis, seus questionamentos, críticas ou sugestões, protocolando-os diretamente na Secretaria Executiva, encaminhando-os através dos Correios ou por meio da caixa postal eletrônica consema.sp@ambiente.sp.gov.br. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência. Foram entregues durante a audiência os seguintes documentos: 1) “Análise Preliminar Possível Instalação da Usina Termoeletrica Terni São Paulo – Canas, SP”, encaminhado pela Prefeitura Municipal de Lorena e assinado pelo Excelentíssimo Prefeito do Município de Lorena, Dr. Paulo César Neme; pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Meio Ambiente do Município de Lorena, Biólogo Mauro Sérgio Azevedo de Souza; pela Ilustríssima Senhora Coordenadora Técnica Ambiental – Arquiteta e Urbanista com Especialização Ambiental – Bárbara Sparenberg Juliano Nunes Alves; e pela Ilustríssima Senhora Assessora Administrativa – Bióloga Mariana dos Santos Siqueira; 2) “Usina Termoeletrica ‘Termo São Paulo’: Questionamentos preliminares ao empreendimento e impactos socioambientais para os municípios de Canas, Lorena, Cachoeira Paulista e Região do Médio Vale do Paraíba Paulista”, encaminhado pelos senhores: Bruno Rodrigues do Prado, MSc.; Celso Renato Cadorini; Clariane Zanelato; Eduardo Kimoto Hosokawa; Erick Sobreiro Gonçalves; Matheus Alves Vieira MSc.; Maria Cecília Rodrigues do Prado; Bernard Freire Barbarisi, MSc.; e Rosana Okida, Dra.; 3) correspondência encaminhada pelo Engº Agr. Helton Perillo Ferreira Leite, diretor da empresa HPFL – Consultoria em Agronegócios; 4) “Deliberação Nº 002/2011”, tomada e enviada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Lorena – COMMAM, em 28/04/2011; 5) “Conselho Municipal de Meio Ambiente de Lorena – COMMAM”, encaminhada por Vinícius Garcia Mattei, Presidente do Conselho; 6) “Termoeletrica prevista para Canas preocupa Lorena” (sem assinatura); 7) “Recomendação COMMAM – 28.04.2011”, encaminhada por Vinícius Garcia Mattei, Presidente do Conselho; 8) “Deliberação nº 002/2011” (sem assinatura). 8Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.